

ÁGUAS DO  
VOUGA



RELATÓRIO  
E CONTAS

AQUAPOR  
Serviços, S.A.

2019

## ÍNDICE

---

1. SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES .....	3
2. mensagem do presidente.....	5
3. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	6
3.1. Breve historial .....	6
3.2. Estrutura Acionista.....	7
3.3. Órgãos Sociais .....	7
4. MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO .....	8
4.1. Missão .....	8
4.2. Visão.....	8
4.3. Valores .....	8
5. Objetivos Estratégicos .....	9
6. SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2019.....	10
6.1. ENVOLVENTE EXTERIOR .....	10
6.2. ENQUADRAMENTO DO SETOR 2019.....	12
6.3. Recursos Humanos.....	16
6.4. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2019 .....	17
6.5. Exploração do Sistema .....	18
6.6. Organização, Processos e Sistemas.....	21
7. ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA.....	23
7.1. Nota Introdutória .....	23
7.2. Análise de Gastos e Rendimentos.....	23
7.3. Análise do Balanço .....	26
7.4. Indicadores.....	27
8. PERSPETIVAS PARA O FUTURO.....	28
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
10. OUTRAS INFORMAÇÕES .....	30
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	31
12. CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 E RESPECTIVO ANEXO .....	32

## 1. SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

### Indicadores Financeiros

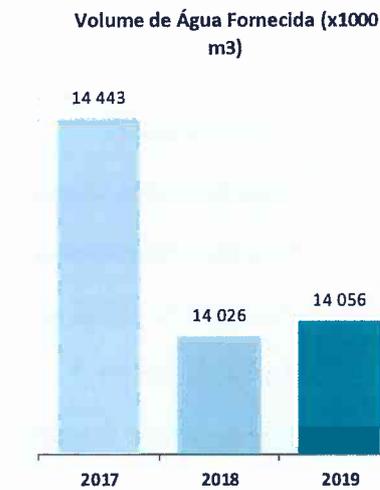
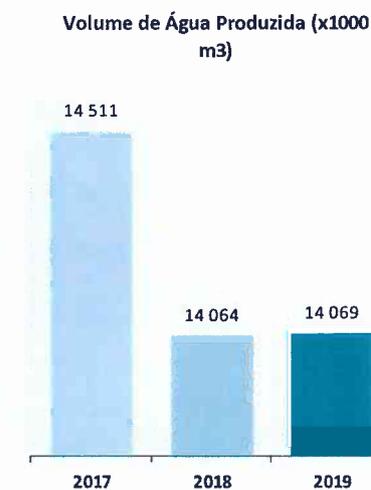
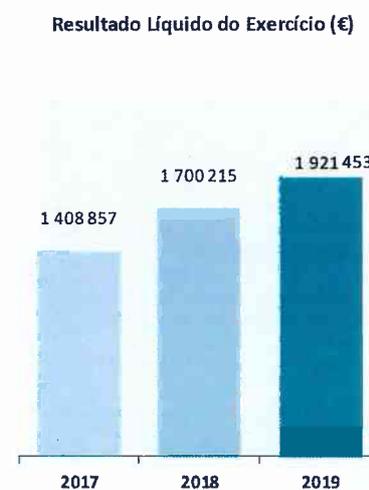
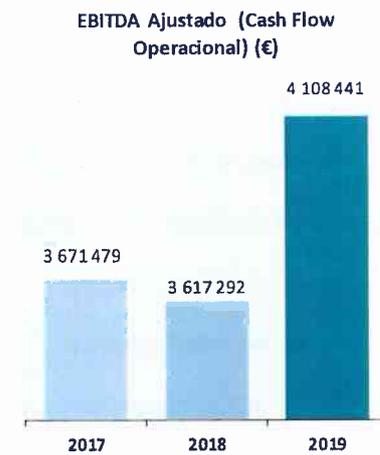
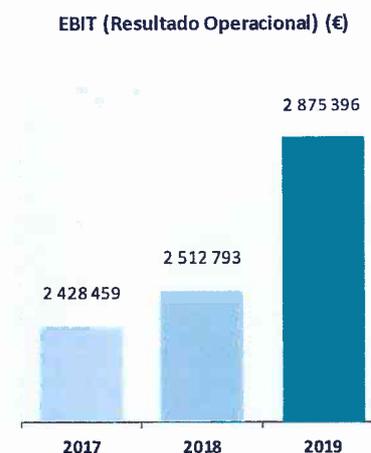
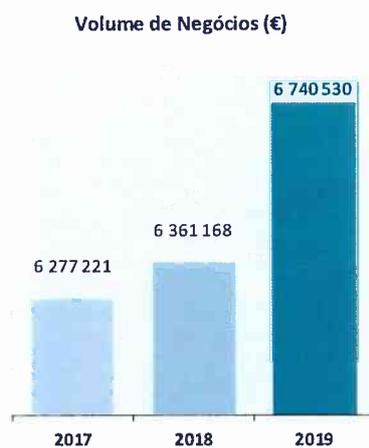
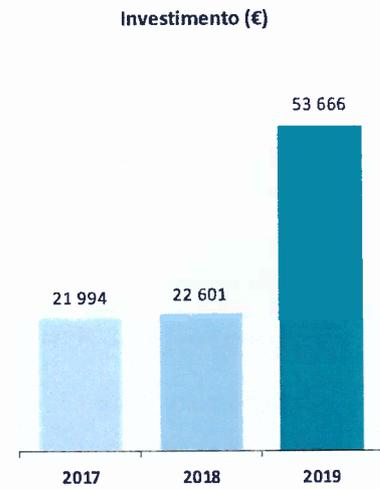
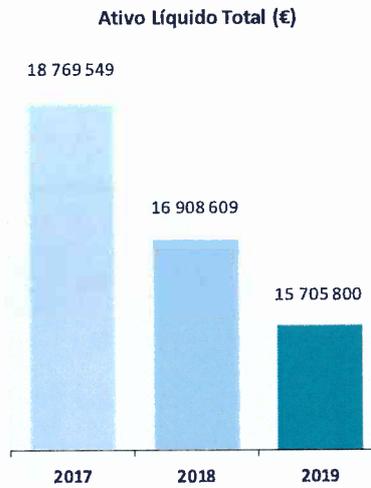
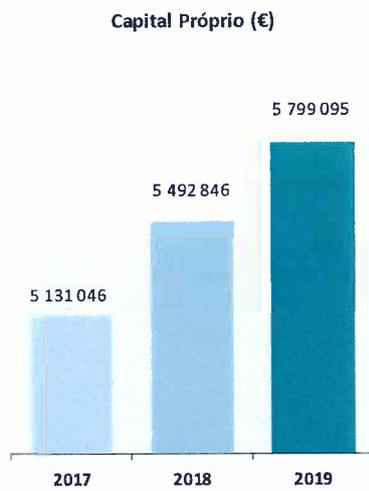
		2017	2018	2019
Capital Social	Eur	3 250 000	3 250 000	3 250 000
Capital Próprio	Eur	5 131 046	5 492 846	5 799 095
Ativo Líquido Total	Eur	18 769 549	16 908 609	15 705 800
Investimento	Eur	21 994	22 601	53 666
Volume de Negócios	Eur	6 277 221	6 361 168	6 740 530
EBITDA Ajustado ( <i>Cash Flow</i> Operacional)	Eur	3 671 479	3 617 292	4 108 441
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	2 428 459	2 512 793	2 875 396
Resultados Antes de Impostos	Eur	1 836 303	2 222 924	2 478 882
Resultado Líquido do Exercício	Eur	1 408 857	1 700 215	1 921 453
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	27%	31%	33%
Rentabilidade do Ativo	%	8%	10%	12%
Autonomia Financeira	%	27%	32%	37%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	13	14	14

### Indicadores de Atividade

		2017	2018	2019
Nº de Clientes (i)	nº	1	1	1
Nº de Municípios Abastecidos	nº	9	9	9
Área Geográfica Abrangida	Km2	802	802	802
População Residente na Área Abrangida	nº	280 317	280 317	280 317
População Servida	nº	203 375	203 375	203 375
Volume de Água Produzida	(10 <sup>3</sup> m3)	14 511	14 064	14 069
Volume de Água Fornecida	(10 <sup>3</sup> m3)	14 443	14 026	14 056

(i) Associação de Municípios do Carveiro








## 2. MENSAGEM DO PRESIDENTE

---

A Águas do Vouga, constituída em abril de 1996, foi uma das primeiras concessões atribuídas em Portugal. E até hoje, é a única concessão “em alta” que foi objeto de um concurso público internacional.

Com a tarifa de venda de água aos municípios mais baixa do País; com perdas de água anuais sistematicamente abaixo de 1%; com 100% para o indicador água segura; com 7 prémios/selos de qualidade atribuídos; e historicamente com boa saúde económica e financeira, a empresa continua a apresentar uma boa performance.

Em 2019 a Águas do Vouga apresentou um resultado líquido positivo de € 1.987.310 que representa um acréscimo de 17% face ao ano anterior. Na vertente operacional, o EBIT cresceu 19,4% face ao ano anterior.

Como notas de registo positivo, refiram-se à atribuição do selo de Qualidade para o Uso Eficiente da Água, atribuído pela ERSAR e jornal A&A e a elaboração do Plano de Contingência do SRC e como registo negativo os impactos causados nas infraestruturas do SRC, nomeadamente das captações, pelas cheias de 19 de dezembro.

O desenvolvimento da implementação do plano de investimento e respetivas obras do SRC II, tendo por base o aditamento ao contrato e os seus pressupostos, levou a revisão do caso base adaptando-o à realidade do projeto, que se iniciou e negociou mas que ainda não foi escriturado. Aguarda parecer da ERSAR. A revisão do caso base, tem impacto no desempenho do exercício. Apesar de ainda não escriturado, quer em 2016, 2017, 2018 e 2019, foram aplicados os pressupostos do 2.º aditamento acordados com a Concedente.

O grande objetivo para 2020 será, como vem sendo histórico, em primeiro lugar garantir a quantidade e qualidade da água, que seja solicitada ao sistema e o funcionamento em pleno do SRC II, como previsto e em segundo proceder a realização da escritura do 2.º aditamento.

A empresa está a fornecer água aos municípios de Aveiro, Águeda (totalidade), Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos, abrangendo uma população de 280.317 habitantes que terão garantias de um serviço exemplar e uma água de excelente qualidade até ao ano 2026.

O Presidente do Conselho de Administração



Fausto Manuel Melo de Oliveira



### 3. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

#### 3.1. BREVE HISTORIAL

A Águas do Vouga, empresa constituída em abril de 1996, é Concessionária do Sistema Regional do Carveiro (SRC).

O SRC é pertença da AMC-V (Associação de Municípios do Carveiro - Vouga). atualmente composta pelos Municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos.

O Contrato de Concessão foi assinado em 30 de maio de 1996 e iniciou-se a 01 de outubro de 1996, em regime de exclusividade por 20 anos, para a exploração do sistema de captação, tratamento, elevação, transporte e armazenamento principal de água dos municípios pertencentes à AMC-V à data.

No âmbito do processo de ampliação do SRC, denominado SRC II, foi assinado o primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, em junho de 2012, prorrogando-o por mais dez anos, até 2026 e estendendo o SRC à totalidade do município de Águeda e aos novos municípios de Oliveira do Bairro e Vagos que integraram a Associação.

É ainda abastecida a freguesia de Válega, pertencente ao Município de Ovar.

Todos os sistemas de abastecimento destes municípios estão integrados na AdRA (Águas da Região de Aveiro), parceria entre o Estado, através da AdP e um conjunto de municípios pertencentes à CIRA (Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro).

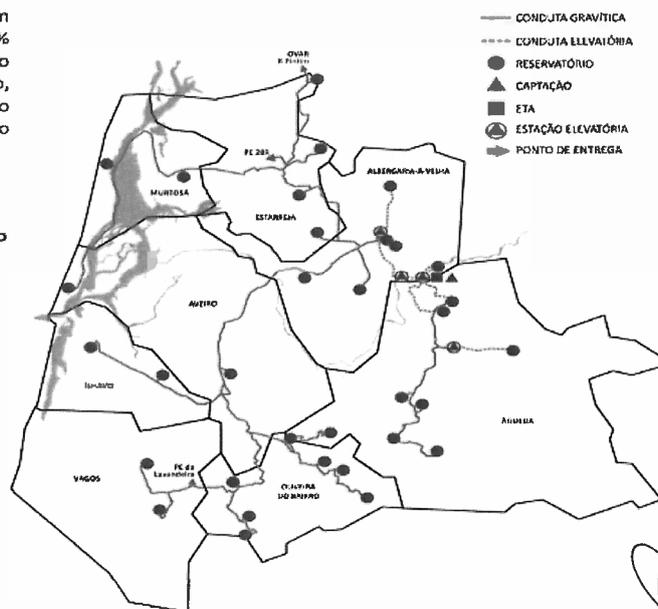
A empresa **Águas do Vouga, S.A.** foi constituída em Abril de 1996 com um capital de 3.250.000€, integralmente realizado e detido a 100% pela **AQUAPOR**, em resultado de adjudicação de concurso público internacional para a: "Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento, Elevação, Transporte e Armazenamento principal do Sistema Regional do Carveiro", por um período de 20 anos. Com o primeiro aditamento esse período foi prolongado por mais 10 anos.



**Municípios Abrangidos**  
**Águeda, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos**

**População Abrangida**  
**280.000 habitantes**

**Principais Infraestruturas**  
**1 Captação superficial**  
**1 Captação subterrânea (2 poços + 11 furos)**  
**1 Estação de Tratamento de Água (2.286 m<sup>3</sup>/h)**  
**4 elevatórias e 1 Booster**  
**19 Reservatórios (35.850 m<sup>3</sup>)**  
**34 Pontos de Entrega**  
**221 km de rede**





### 3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Vouga é uma empresa com um capital de 3.250.000 euros integralmente realizado e detido a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

### 3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

- **Mesa da Assembleia Geral:**

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;  
Dr.ª Joana Sofia Lopes Gonçalves Névoa – Secretária.

- **Conselho de Administração:**

Eng. Fausto Manuel Melo de Oliveira, Presidente;  
Dr. António Manuel Paredes Pereira da Cunha, Administrador;  
Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira, Administrador

- **Órgão de Fiscalização:**

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC,S.A.  
Suplente do Fiscal Único: Dr. Luis Miguel Gonçalves Rosado

Os Órgãos Sociais da Empresa iniciaram o mandato em 2017, tendo sido eleitos pelo triénio 2017/2020



## 4. MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

---

### 4.1. MISSÃO

A Águas do Vouga tem como objetivo, no âmbito dos seus direitos e deveres contratuais, satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água, de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local, e assegurando a preservação do ambiente

### 4.2. VISÃO

A Águas do Vouga pretende ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço, dando continuidade à boa avaliação que tem sido obtida nos índices de desempenho.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

### 4.3. VALORES

Com uma cultura própria, recebida da AQUAPOR, a Águas do Vouga tem sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos manter essa cultura através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade



## 5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

---

O ano de 2019, foi um ano de continuidade no cumprimento do seu contrato de uma empresa que atingiu a estabilidade.

Continua em negociação com a concedente o 2.º aditamento ao contrato de concessão que ainda não foi assinado, mas que está em prática, que é o grande objetivo específico da empresa. Aguarda-se o parecer da ERSAR.

Concluiu-se elaboração do plano de Contingência do Sistema Regional do Carvoeiro, que, entre outros, pretende inventariar e propor ações e medidas que aumentem a resiliência ao Sistema de abastecimento de água à região, que espera ver concretizadas pela Concedente.

A fiabilidade da quantidade e qualidade da água solicitada pela entidade gestora da baixa, completam os outros objetivos estratégicos da empresa.





## 6. SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2019

---

### 6.1. ENVOLVENTE EXTERIOR

#### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

##### GERAL

O ritmo de crescimento das principais economias tem vindo a diminuir e tem sido ligeiramente inferior ao esperado. Em grande parte deveu-se à incerteza causada pelas tensões comerciais entre os EUA e a China e ao processo irregular de saída do Reino Unido da UE. No entanto, o acordo alcançado entre os EUA e a China e a saída do Reino Unido da UE sugerem que, a partir de agora, a tendência será mais construtiva em ambos os casos.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro negativas para os valores de referência a três meses com redução de 0.032p.p e a seis meses com redução de 0.034p.p.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2017	2018	2019
Euribor 1M	-0,37%	-0,37%	-0,40%
Euribor 3M	-0,33%	-0,32%	-0,35%
Euribor 6M	-0,26%	-0,27%	-0,30%
Euribor 12M	-0,15%	-0,18%	-0,21%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O **preço do petróleo** apresentou no início de 2019 uma recuperação na perspetiva da procura e um forte impulso no preço do barril de Brent que o faz aumentar mais de 20 dólares até atingir os 74 dólares. No segundo semestre do ano o preço do barril de Brent demonstrou maior estabilidade e oscilou em torno dos 60 dólares.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, o aumento do preço do petróleo tem um impacto negativo sobre o crescimento do PIB, através do aumento dos preços da importação de matérias primas, de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços no consumidor reflete quer o efeito direto proveniente do aumento do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante do aumento do custo de produção de outros bens.



## PORTUGAL

Em 2019, a economia portuguesa prosseguiu a trajetória de crescimento da atividade embora inferior aos anos anteriores. Estando o crescimento do PIB alinhado com as publicações para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Em 2019, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 0.3%, o que representa uma redução de 0.7p.p face aos valores de 2018.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 0.3%, (redução de 0.9p.p. face ao ano de 2018).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2017	2018	2019
PIB	3,5%	2,4%	2,0%
IPC	1,4%	1,0%	0,3%
IHPC	1,6%	1,2%	0,3%
Desemprego	8,9%	7,0%	6,3%
Consumo Privado*	2,1%	3,1%	2,3%
Consumo Público*	0,2%	0,9%	0,5%
Exportações*	8,4%	3,8%	2,8%
Importações*	8,1%	5,8%	5,4%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Nova Série - Base 2016)

\* Dados Dezembro de 2019

A taxa média de desemprego em 2019 ascendeu a 6.3%, menos 0.7p.p. do que no ano anterior.

A evolução das tarifas de energia elétrica de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra uma redução na Baixa Tensão:

	2017	2018	2019
Média Tensão	167	167	167
Baixa Tensão Especial	182	181	182
Baixa Tensão Normal	152	151	146

Fonte: ERSE;

Em 2019, verificou-se uma desaceleração de 0.4p.p. do crescimento do PIB real (2%) relativamente ao valor registado em 2018 (2.4%), resultado de um processo de maturação do ciclo económico, que se traduz numa aproximação dos níveis de crescimento ao ritmo de crescimento potencial da economia.



## 6.2. ENQUADRAMENTO DO SETOR 2019

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

### PORTUGAL - ATIVIDADE DO SETOR

Existem atualmente em Portugal 421 entidades gestoras, das quais 266 com atividade de abastecimento público de água, excluindo-se cerca de 48 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 269 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 277 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2019), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

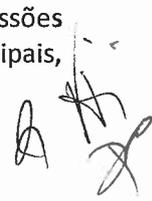
No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-	-
Serviços Municipais	1	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>23</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2019

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 306 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 3 milhões de habitantes e 184 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 21 concelhos, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e 33 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.



Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,2 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	28	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	18
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	48	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	19	18	7
Serviços Municipais	184	191	228
<b>TOTAL</b>	<b>306</b>	<b>257</b>	<b>255</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2019

No que se refere à acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2019), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	95%	Área mediantemente urbana	83%
Área predominantemente rural	92%	Área predominantemente rural	72%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2019

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 28 concessões existentes, a Aquapor detém 10, representando 42,5 % em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m3)	Água não facturada (%)
GRUPO AQUAPOR	10	394	51.715	18,1
Concessões Municipais	28	968	108.325	17,9
País	256	5.594	811 332	29,4

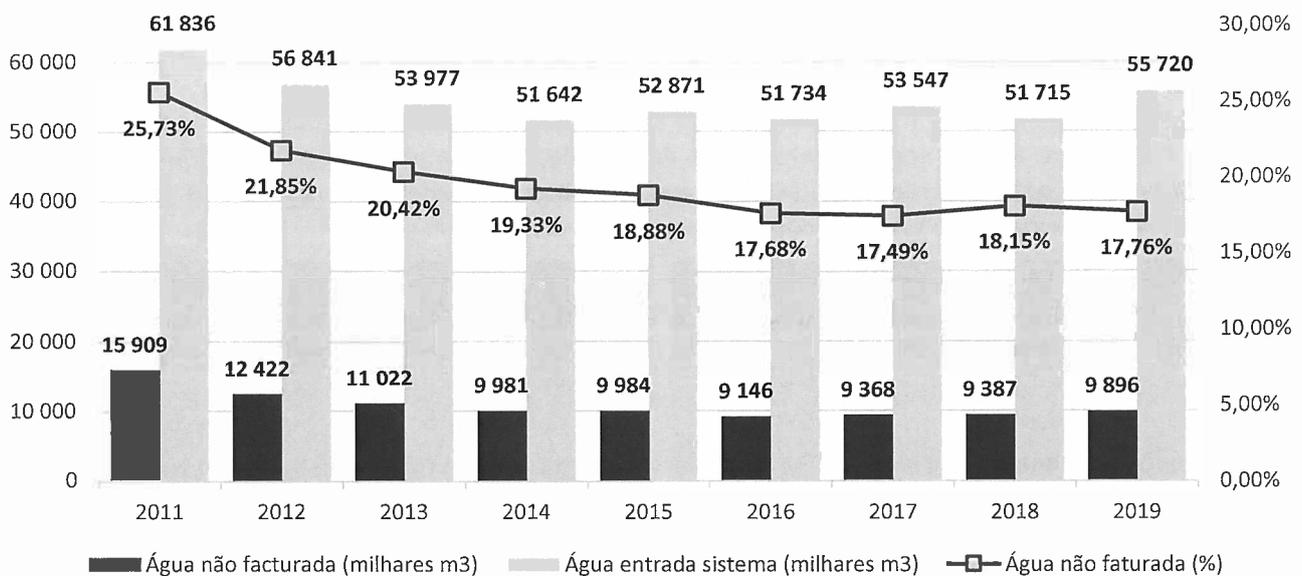
Fonte: ERSAR, RASARP, 2019



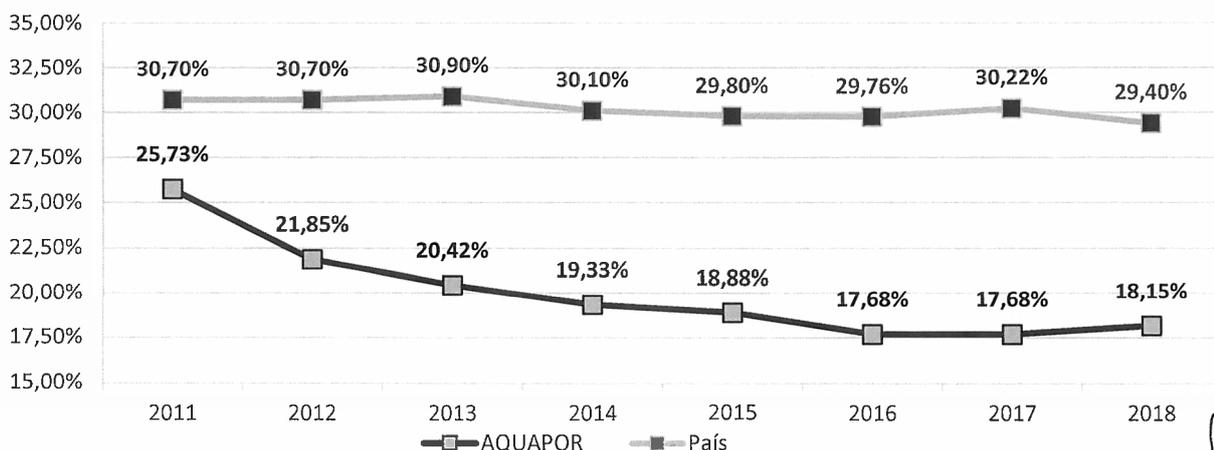
Quanto a água não faturada, segundo o RASARP 2019, a média continental foi de 29,4% referente ao ano de 2018, enquanto que a média do Grupo Aquapor foi de 18,1 % no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2019, em que o nível de água não faturada foi de 17,8%.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720
Água não facturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896
Água não faturada (%)	25,73%	21,85%	20,42%	19,33%	18,88%	17,68%	17,49%	18,15%	17,76%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	410 293

(\*) Valores em milhares m<sup>3</sup>

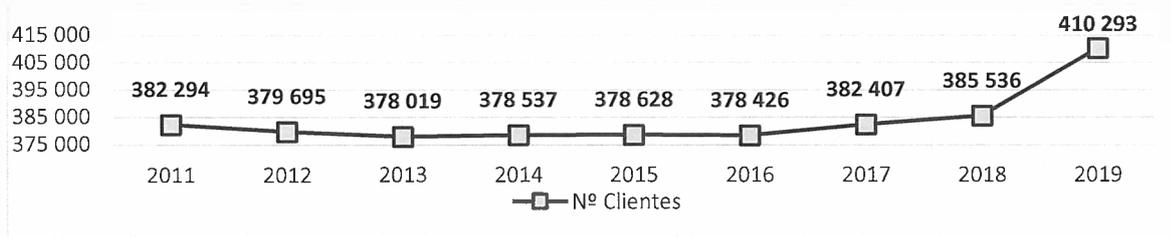


Comparando a evolução da água não faturada com a média do País dos últimos anos:

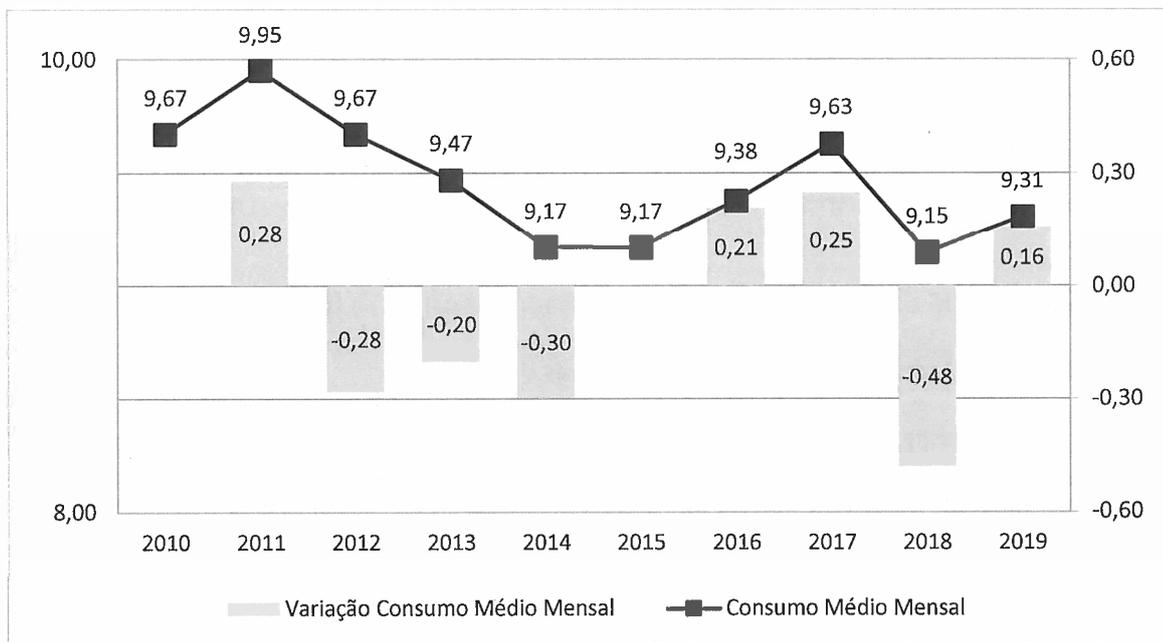




No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do número de clientes registada nos últimos anos, sendo de notar o aumento significativo do último ano associado ao arranque da Águas de Vila Real de Santo António.



Quanto ao consumo, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um acréscimo de 0,16 m<sup>3</sup>/Cliente/mês, situando-se em 9,3 m<sup>3</sup>/Cliente/mês:



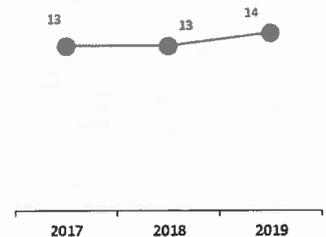

### 6.3. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2019, a empresa tinha 14 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

#### Colaboradores

	2017	2018	2019	Var. %
Contrato sem Termo	11	10	11	10%
Contrato Termo Certo	2	3	3	0%
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>8%</b>

Evolução nº Colaboradores



#### Saídas e Admissões

	2017	2018	2019	Var. %
Admissões	2	1	2	100%
Saídas	1	0	1	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0%</b>

A empresa está em atividade desde 1996, com um pequeno quadro de pessoal e uma estrutura otimizada.

Manteve-se a Certificação de 3 técnicos de colheita de amostras de água.

Durante o exercício, foram asseguradas as condições de higiene e segurança no trabalho, tendo havido 1 acidente de trabalho, sem necessidade de baixa. Manteve-se a prestação de serviços externos de Higiene, Segurança e Saúde no trabalho.

### REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne pelo menos uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada por um Administrador.

As regras definidas pela AQUAPOR, através de regulamento e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



## 6.4. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2019

### FACTOS RELEVANTES

A empresa Águas do Vouga é concessionária do SRC, que abastece em alta os sistemas em baixa de oito municípios, que são geridos pela AdRA, a que correspondem 280.000 habitantes, de acordo com o Aditamento ao Contrato assinado em junho de 2012.

Do ano de 2019, tendo sido um ano de continuidade no cumprimento do seu contrato de uma empresa que atingiu a estabilidade, registo para factos positivos e negativos com relevância.

O caudal fornecido e faturado, ficou em linha com o caudal mínimo previsto.

No que respeita ao Plano de Controlo de Qualidade de água (PCQA), cumpriu-se o plano aprovado pela ERSAR tanto em relação à frequência da amostragem como ao cumprimento do Valor Paramétrico.

Foi obtido o “Selo de qualidade para o uso eficiente da água”, atribuído no âmbito dos Prémios e Selos de Qualidade do Serviço de Águas/ ERSAR 2019.

Foi concluído e aprovado o Plano de Contingência. Da elaboração do mesmo resultaram ações propostas à Concedente ara aumento da resiliência do Sistema Regional do Carvoeiro.

Nota para o impacto e danos causados em estruturas da captação do carvoeiro, pelas cheias de 19 de dezembro: Quebra de um pilar e conseqüente desvio lateral de mais 9 pilares e do passadiço de suporte das condutas da captação subterrânea, subida da cota do leito do rio e assoreamento dos filtros da captação superficial e levantamento da conduta do furo F11. O assoreamento significativo do leito do rio na zona dos filtros da captação superficial, implica um análise e ação(ões) para repor a cota inicial e procurar evitar repetição no futuro.

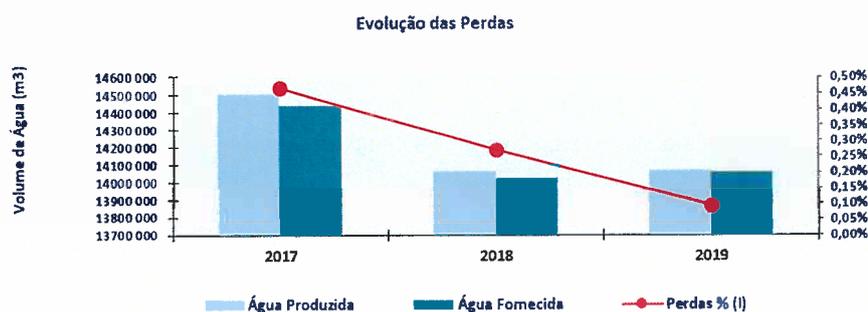
### DESEMPENHO DA EMPRESA

O consumo anual foi de 14.055.538 m<sup>3</sup>, consumo em linha com o consumo mínimo e com o verificado no ano de 2018.

#### Volume de Água (m<sup>3</sup>)

	2017	2018	2019	Var. %
Água Produzida	14 510 806	14 064 034	14 068 633	0%
Água Fornecida	14 442 822	14 025 982	14 055 538	0,21%
Perdas % (I)	0,47%	0,27%	0,09%	-66%

(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional



## 6.5. EXPLORAÇÃO DO SISTEMA

### PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

Para além das atividades normais num sistema de abastecimento de água com as características do das Águas do Vouga, foram implementadas as seguintes ações para a concretização dos objetivos definidos:

#### ÁREA DE ATUAÇÃO – QUALIDADE DO SERVIÇO

Objetivos	Ações
Fiabilidade do sistema	Manutenção e continuidade de Sistema Integrado de Gestão que inclui Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Plano de Segurança da Água e Gestão Patrimonial de Infraestruturas. Manutenção da Certificação de acordo com Norma ISO 9001 – Qualidade.
	Manutenção e conservação dos órgãos e equipamentos
	Campanha de limpeza do leito do rio na área das captações
	Implementação de redundância de comunicações
	Continuação de implementação de SIG no Sistema Regional do Carvoeiro

#### ÁREA DE ATUAÇÃO – QUALIDADE DA ÁGUA

#### ÁREA RESPONSÁVEL – EXPLORAÇÃO

Objetivos	Ações
Fornecer água com qualidade	Cumprido o plano de controlo analítico anual previsto
	Limpeza e desinfeção dos reservatórios
	Monitorização da qualidade da água
	Elaboração e aprovação de Plano de Contingência



## ÁREA DE ATUAÇÃO – RESULTADO DO EXERCÍCIO

### ÁREA RESPONSÁVEL – EXPLORAÇÃO

Objetivos	Ações
Garantir a sustentabilidade económica	Rentabilizar a capacidade instalada e não aumentar a % perdas
Otimizar Custos	Aquisição de dados e informação que permita otimizar o funcionamento do sistema. Aumento da eficiência energética de instalações elevatórias
Caudal consumido a 100% do caudal previsto	Garantir continuamente o caudal solicitado, atuando preventivamente e de imediato em emergências
Aumento da receita	Fiabilidade e qualidade, para minimizar consumo de água de origens próprias

### OPERAÇÃO DOS ATIVOS

O objetivo de assegurar a estabilidade funcional e operacional do sistema foi alcançado na sua totalidade.

Tendo como objetivo a reposição da capacidade produtiva face à disponibilidade hídrica do rio, foi necessário proceder a limpeza do leito do rio durante grande parte do ano.

### MANUTENÇÃO DO SISTEMA

Foram asseguradas as atividades de manutenção do sistema, nos seus diversos domínios.

### SISTEMA DE CONTROLO DE QUALIDADE

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da qualidade da água, proposto e aprovado pela ERSAR para 2019. O PCQA de 2020, realizado segundo o Dec. Lei 306/2007, englobando as alterações previstas pelo DL 152/2017 e encontra-se aprovado pela ERSAR.

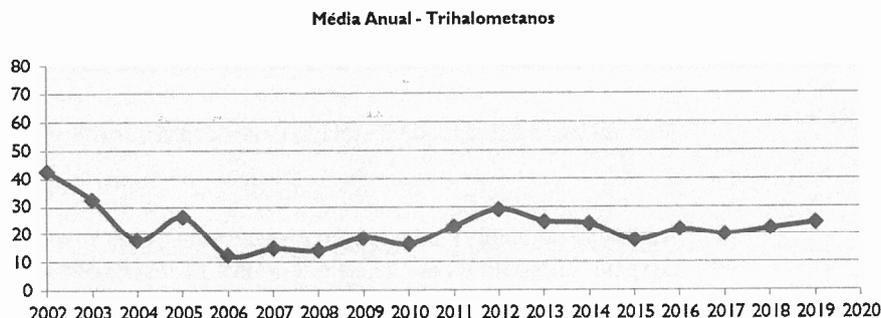
O Plano de Segurança da Água encontra-se implementado e aprovado.

Foram realizadas aproximadamente 3500 determinações a cerca de 70 parâmetros, no âmbito do Plano de Controlo de Qualidade do Sistema. Foi despendida a verba aproximada de 35mEur., que engloba os custos do controlo do SRC e os custos das análises oferecidas aos municípios no âmbito do acordo inicial estabelecido.

Não se verificou qualquer incumprimento de qualidade de água.



O valor médio de trihalometanos (24 µg/L) aumentou ligeiramente em relação a 2018, com valores sempre abaixo do valor paramétrico (80 µg/L) e muito inferiores aos encontrados em anos anteriores.



## ÁREA COMERCIAL

A atividade comercial, dadas as limitações contratuais e conjunturais, manteve-se na:

Fidelização do cliente, através da fiabilidade do SRC. Uma vez que a AdRA tem origens próprias, alternativas ao consumo de água oferecido pelo SRC, a concretização dos objetivos anuais, em termos de resultados do exercício, está fortemente condicionada à gestão de consumos que se verifiquem.

O Volume de Negócios realizado pela empresa em 2019 ascendeu a 6.740.530 euros repartidos da seguinte forma:

### Vendas e Prestações de Serviços

	2017	2018	2019	Var. %
Venda de Água	6 273 663	6 344 957	6 734 739	6%
Prestação Serviços	3 559	16 211	5 791	-64%
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>6 277 221</b>	<b>6 361 168</b>	<b>6 740 530</b>	<b>6%</b>

Nestas condições, e considerando o contexto em que este aditamento ao contrato de concessão se insere, a água vendida (faturada), ficou em linha com o caudal mínimo e com a água vendida em 2018.

	Volume Fornecido (m3)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)
2009	9 175 396	2 696 649	0,29
2010	9 303 897	2 835 935	0,30
2011	9 655 419	3 009 594	0,31
2012	9 523 241	3 056 008	0,32
2013	9 597 701	3 405 609	0,35
2014	8 691 889	3 409 082	0,39
2015	11 188 654	5 379 272	0,48
2016	14 439 700	6 111 163	0,42
2017	14 442 822	6 273 663	0,43
2018	14 025 982	6 344 957	0,45
2019	14 055 538	6 734 739	0,48
<b>Varição 18/19</b>	<b>0,21%</b>	<b>6,1%</b>	<b>5,9%</b>

Nota: Dos 14.055.538 m3 fornecidos em 2019, 48 177 m3 foram faturados a 0 € (1º escalão)





## 6.6. ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

### SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE

Os grandes objetivos previstos para 2019 foram, em primeiro lugar garantir a quantidade e qualidade da água, que fosse solicitada ao sistema, o que foi conseguido. Acrescem o continuar a prestar um serviço de Qualidade, com satisfação dos clientes, otimizando a exploração e a capacidade instalada.

O consumo de água foi 14.055.538m<sup>3</sup>, em linha com o consumo mínimo para o ano e ligeiramente acima do consumo verificado no ano de 2018, não tendo havido falhas no abastecimento, nem incumprimentos de qualidade de água.

O sistema de gestão está globalmente concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos da Norma ISO 9001, e a Política de Qualidade manteve-se adequada.

A avaliação da satisfação do cliente, realizou-se através de:

- Retorno de informação da Concedente e/ou das Entidades Gestoras em baixa (utilizadores);
- Eficiência com que a Águas do Vouga atende os requisitos e expectativas do seu cliente, evidenciada pelo cumprimento do contrato de Concessão.

A não existência de reclamações, a relação de proximidade existente com a Concedente e o cumprimento do especificado no Contrato de Concessão, fazem prova da satisfação do Cliente.

Em 2015 foi reativado o processo de licenciamento dos RAC's da EE2 pela Associação, após execução do muro de interposição requerido. Aguarda-se decisão.

Aguarda-se aprovação da proposta de Regulamento de Serviço, pela Concedente como previsto no Dec.Lei 194.

Em maio de 2019 foi realizada a Auditoria externa de renovação, tendo sido mantida a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a Norma ISO 9001.

### SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A empresa instalou e implementou os sistema e procedimentos de funcionamento definidos na Aquapor.

Continuou-se a implementação do SIG. Concluída a 1<sup>a</sup> fase, com introdução de cadastro existente.

### RELAÇÕES COM A CONCEDENTE

As relações com o Concedente centraram-se na resolução de assuntos relacionadas com o Contrato de Concessão. O Plano de Contingência da Águas do Vouga encontra-se elaborado e aprovado, tendo sido inventariadas ações, conforme previsto no Contrato de Concessão, para aumento da resiliência do Sistema Regional do Carvoeiro.



## CONTRATO DE CONCESSÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Em 2016 foram acordadas as bases do 2.º aditamento, que repõe o equilíbrio económico-financeiro da concessão, alterado em consequência da execução das obras do SRC II. A minuta e o EVEF foram enviados à ERSAR, que se pronunciou em outubro. O parecer da ERSAR, implicou rever alguns pressupostos do EVEF, nomeadamente o facto do atraso no cumprimento do plano de investimentos não poder ir à tarifa, mas ter de ter compensação direta da Concedente. O EVEF foi revisto e acordado novo tarifário e nova renda com a Concedente, que foram praticadas em 2019. Este novo EVEF, que aguarda parecer da ERSAR. Irá implicar acertos dos valores da renda e tarifário aplicados desde 2016.

A Comissão de Acompanhamento manteve a atividade por forma a cumprir as suas obrigações.

## RELAÇÕES COM OUTROS INTERESSADOS NO DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Registo importante para a intervenção que a AMC e a Águas do Vouga tiveram na sociedade, promovendo visitas de estudo às suas instalações, numa perspetiva de aproximação à sociedade, de dar a conhecer a atividade desenvolvida e de mostrar a sua importância para esta região.



## 7. ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### 7.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas do Vouga, S.A., no exercício de 2019, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

### 7.2. ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os resultados gerados pela Águas do Vouga registaram um aumento de 13% face ao ano anterior.

<b>Demonstração dos Resultados</b>				(em euros)
	2017	2018	2019	Var. %
Vendas	6 273 663	6 344 957	6 734 739	6%
Prestações de Serviços	3 559	16 211	5 791	-64%
<b>Volume de Negócios</b>	<b>6 277 221</b>	<b>6 361 168</b>	<b>6 740 530</b>	<b>6%</b>
CMVMC	11 758	16 597	14 914	-10%
Fornecimentos e Serviços Externos	2 083 085	2 131 055	2 083 748	-2%
Gastos com o Pessoal	402 999	423 086	447 895	6%
Outros Resultados Operacionais	(106 226)	(166 504)	(204 503)	-23%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>3 673 154</b>	<b>3 623 925</b>	<b>3 989 470</b>	<b>10,1%</b>
Amortizações	1 244 695	1 111 132	1 114 074	0%
<b>Resultado operacional (RO)</b>	<b>2 428 459</b>	<b>2 512 793</b>	<b>2 875 396</b>	<b>14,4%</b>
Resultados Financeiros	(592 155)	(289 869)	(396 514)	-37%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>1 836 303</b>	<b>2 222 924</b>	<b>2 478 882</b>	<b>12%</b>
Imposto Sobre o Rendimento	427 447	522 709	557 429	7%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>1 408 857</b>	<b>1 700 215</b>	<b>1 921 453</b>	<b>13%</b>

O EBITDA ajustado aumentou 13.6%, por via do aumento do volume de negócios superior ao aumento de gastos.

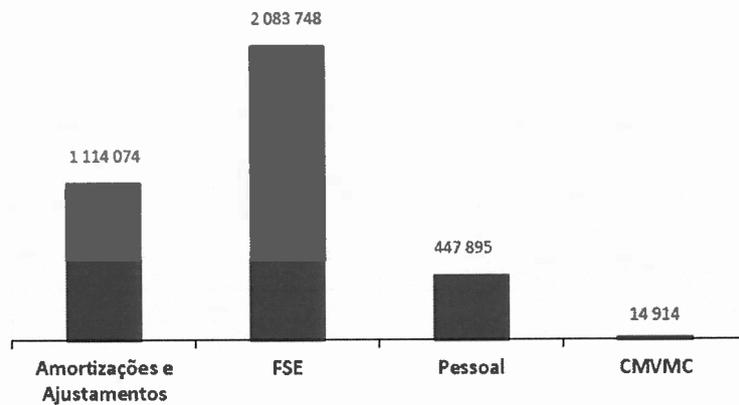
O EBIT aumentou 14.4% por via do aumento do volume de negócios.

O Resultado Operacional por m3 de água vendida aumentou 14.2%.

### Resultado Operacional / m3 Ven

	2017	2018	2019
Resultado Operacional	2 428 459	2 512 793	2 875 396
M3 vendidos	14 442 822	14 025 982	14 055 538
<b>Resultado Operacional / m3 Ven</b>	<b>0,168</b>	<b>0,179</b>	<b>0,205</b>

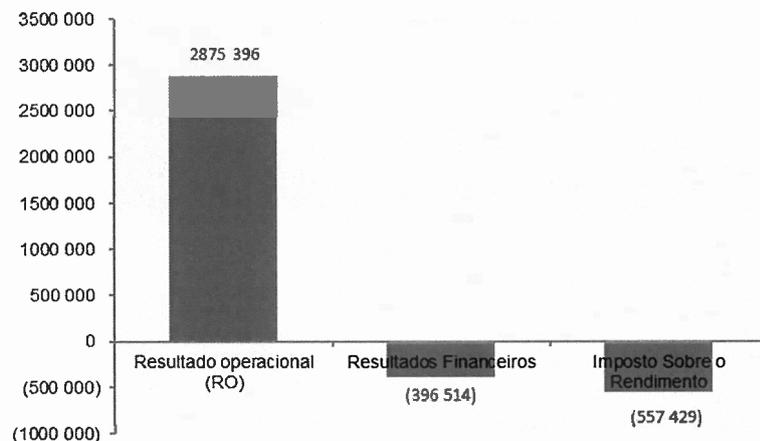
### Gastos Operacionais



As amortizações aumentaram 2.942 euros comparativamente com o ano de 2018 como consequência do investimento feito em 2019 em equipamento básico.

O Resultado financeiro apresenta um agravamento de 37%, pelo acerto do IPC da renda efetuado em 2018 decorrente da renegociação do contrato de concessão.

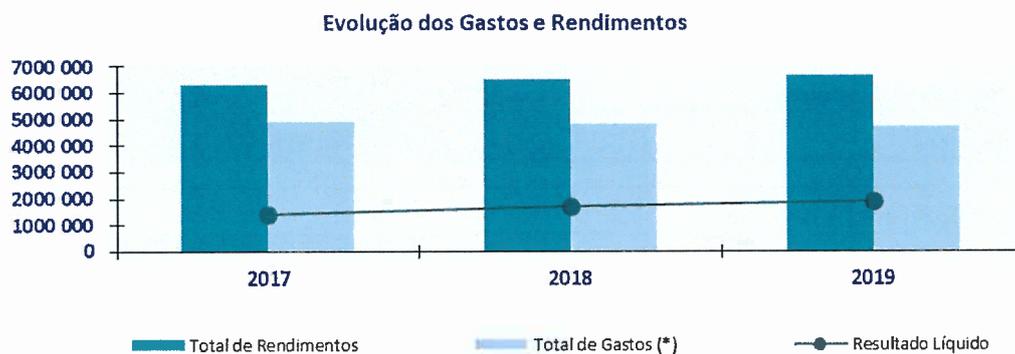
### "Contribuições" para o Resultado 2019




Em termos líquidos, os resultados ascendem a 1.921.453 euros.

<b>Rendimentos e Gastos</b>	<i>(em euros)</i>			
	2017	2018	2019	Var. %
Total de Rendimentos	6 307 739	6 507 557	6 646 602	2,1%
Total de Gastos (*)	4 898 882	4 807 343	4 725 149	-2%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>1 408 857</b>	<b>1 700 215</b>	<b>1 921 453</b>	<b>13%</b>

(\*) Inclui o Imposto sobre o Rendimento




### 7.3. ANÁLISE DO BALANÇO

<b>Balanço</b>	<i>(em euros)</i>			
	2017	2018	2019	Var. %
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	10 907 422	8 822 349	7 761 941	-12%
Outros	5 442	802	29 582	3590%
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>10 912 865</b>	<b>8 823 151</b>	<b>7 791 523</b>	<b>-12%</b>
Contas a Receber	1 827 669	3 856 556	1 919 801	-50%
Caixa e Depósitos Bancários	5 840 230	4 063 570	5 829 285	43%
Outros	188 786	165 331	165 192	0%
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>7 856 684</b>	<b>8 085 458</b>	<b>7 914 278</b>	<b>-2%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>18 769 549</b>	<b>16 908 609</b>	<b>15 705 800</b>	<b>-7%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>	<b>5 131 046</b>	<b>5 492 846</b>	<b>5 768 800</b>	<b>6%</b>
Dívidas a Pagar	1 972 875	829 209	677 209	-18%
Financiamentos Obtidos	9 000 000	7 500 000	6 750 000	-10%
Outros	82 138	74 268	191 289	158%
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>11 055 014</b>	<b>8 403 477</b>	<b>7 618 497</b>	<b>-9%</b>
Dívidas a Pagar	1 104 664	1 508 772	1 542 023	2%
Financiamentos Obtidos	1 478 826	1 503 514	746 186	-50%
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>2 583 489</b>	<b>3 012 285</b>	<b>2 288 209</b>	<b>-24%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>13 638 503</b>	<b>11 415 762</b>	<b>9 906 706</b>	<b>-13%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>18 769 549</b>	<b>16 908 609</b>	<b>15 705 800</b>	<b>-7%</b>

O Total do Ativo Líquido atingiu, no final de 2019 os 15.7 milhões de euros, valor inferior em 7% face ao registado no final de 2018.

O **Ativo não Corrente** decresceu 1 milhões de euros com o impacto mais significativos da amortização dos ativos intangíveis.

O **Ativo Corrente** apresenta uma redução de 171.179 euros por via de: (i) redução da dívida acionista em 2.05 milhões de euros, que foi compensado com (ii) aumento dos valores de depósitos bancários num total de 1.7 milhões de euros.

O aumento de 6% verificado no **Capital Próprio** decorre do Resultado Líquido registado no exercício.

O total do **Passivo** diminuiu 1.5 milhões de euros por via de: (i) outras dívidas a pagar (corrente e não corrente) à Associação de Municípios do Carvoeiro, este teve um decréscimo de 213.593 euros; (ii) amortização de financiamento corrente e não corrente em 1.5 milhões de euros.



#### 7.4. INDICADORES

A rentabilidade dos capitais próprios aumenta 0,07 p.p. como consequência da incorporação do resultado líquido de 2019.

A rentabilidade do ativo atinge os 12.23% por uma conjugação de dois fatores: total do ativo decresce 1.2 milhões de euros e o resultado aumenta 221 milhares de euros.

Indicadores	(em euros)			
	2017	2018	2019	Var. %
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	27,46%	30,95%	33,13%	0,07 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	7,51%	10,06%	12,23%	0,22 p.p.
Autonomia Financeira (%)	27,34%	32,49%	36,92%	0,14 p.p.
Solvabilidade (%)	37,62%	48,12%	58,54%	0,22 p.p.





## 8. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

---

Prevê-se que no ano de 2020, seja um ano de continuidade, numa empresa que atingiu a maturidade e terá como perspetiva a assinatura do 2.º aditamento.

Resumidamente, o orçamento para 2020, tem como grandes objetivos, na sua continuidade:

1. Continuar a prestar um serviço de Qualidade, com satisfação dos clientes, otimizando a exploração e a capacidade instalada
2. Continuar a fornecer água de Qualidade
3. Aumentar resiliência do Sistema às adversidades climáticas e operacionais.
4. Continuar com funcionamento em pleno do SRC II e adquirir dados e informação que permita otimizar o seu funcionamento
5. Obter um Bom resultado do exercício



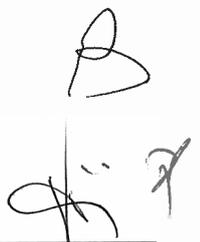


## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2019, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente, a AMC-V, na pessoa do seu Presidente, Eng.º Joaquim Baptista e do Secretário-Geral, Eng. José António Pinho Laranjeira;
- Aos membros do Conselho Diretivo e Assembleia Geral da Concedente.
- O acionista, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, e à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos em particular, pelo relacionamento mantido na resolução dos assuntos compreendidos nas suas áreas de competência;
- O BES (agora Novo Banco), banco financiador do empréstimo contraído para o pagamento das rendas à Entidade Concedente;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- Os Colaboradores da Águas do Vouga, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.





## 10. OUTRAS INFORMAÇÕES

---

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2019;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2019;
- A sociedade não tem sucursais.



## 11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

---

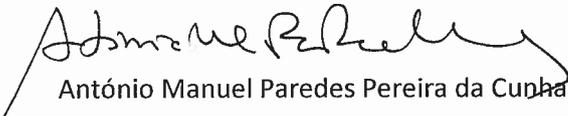
O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2019, no montante de 1.921.453 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Um montante de 22.358 euros para reforço da Reserva Legal;
- A importância sobrança, no valor de 1.899.095 euros para distribuição de dividendos.

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Fausto Manuel Melo de Oliveira



António Manuel Paredes Pereira da Cunha



Paulo Jorge Almeida Oliveira

Albergaria - a - Velha, 25 de março de 2020



## 12. CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 E RESPECTIVO ANEXO

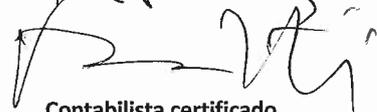
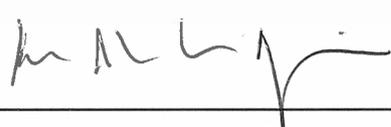
Águas do Vouga, S.A.

BALANÇO

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	87 250	46 094
Ativos Intangíveis	7	7 674 691	8 776 255
Outros Investimentos Financeiros		1 250	802
Ativos por Impostos Diferidos	12	28 332	-
		7 791 523	8 823 151
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	101 662	88 361
Clientes	13.1	1 848 249	1 710 710
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	67 777	92 170
Outros Créditos a Receber	13.2	3 775	2 053 676
Diferimentos	15.9	63 530	76 970
Caixa e Depósitos Bancários	4	5 829 285	4 063 570
		7 914 278	8 085 458
<b>Total do Ativo</b>		<b>15 705 801</b>	<b>16 908 609</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Subscrito	13.4	3 250 000	3 250 000
Reservas Legais	15.2	627 642	542 632
Resultados Líquidos do Período	15.2	1 921 453	1 700 215
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>5 799 095</b>	<b>5 492 846</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	191 289	74 268
Financiamentos Obtidos	13.6	6 750 000	7 500 000
Outras Dívidas a Pagar	13.3	677 209	829 209
		7 618 497	8 403 477
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13	383 006	402 516
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	598 172	535 571
Financiamentos Obtidos	13.6	746 186	1 503 514
Outras Dívidas a Pagar	13.3	560 844	570 684
Caixa e Depósitos Bancários			
		2 288 209	3 012 285
<b>Total do Passivo</b>		<b>9 906 706</b>	<b>11 415 762</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>15 705 801</b>	<b>16 908 609</b>

Conselho de Administração

  
  
 Contabilista certificado  






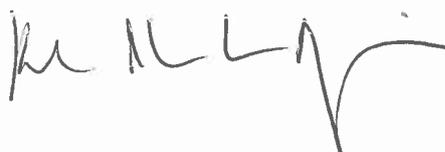
Águas do Vouga, S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**  
 Período findo em 31 de Dezembro de 2019

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	10	6 740 530	6 361 168
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(14 914)	(16 597)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.3	(2 083 748)	(2 131 055)
Gastos com o Pessoal	14	(447 895)	(423 086)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	(118 971)	6 633
Outros Rendimentos	15.4	6 513	5 964
Outros Gastos	15.5	(92 045)	(179 101)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>3 989 470</b>	<b>3 623 925</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.6	(1 114 074)	(1 111 132)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>2 875 396</b>	<b>2 512 793</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.7	18 530	133 793
Juros e Gastos Similares Suportados	15.8	(415 044)	(423 662)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>2 478 882</b>	<b>2 222 924</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(557 429)	(522 709)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>1 921 453</b>	<b>1 700 215</b>

**Conselho de Administração**

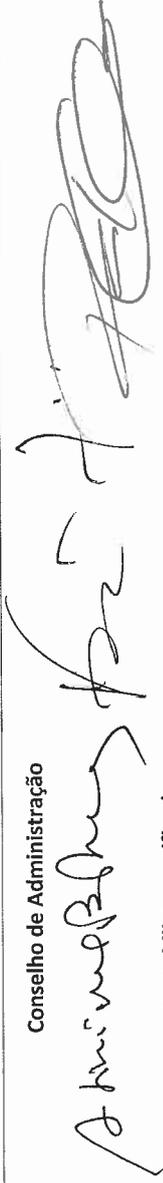


**Contabilista certificado**



		Quantias em Euros				
		Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
<b>1</b>	<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018</b>	3 250 000	472 189	0	1 408 857	5 131 046
	<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>					
	Constituição da Reserva Legal	-	70 443	-	(70 443)	-
	Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	1 338 414	(1 338 414)	-
<b>2</b>		-	70 443	1 338 414	(1 408 857)	-
<b>3</b>	<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	-	-	-	-	-
<b>4</b>	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>				1 700 215	1 700 215
<b>5=3+4</b>	<b>RESULTADO INTEGRAL</b>				1 700 215	1 700 215
<b>6</b>	<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>					
	Distribuições	-	-	(1 338 414)	-	(1 338 414)
		-	-	(1 338 414)	-	(1 338 414)
<b>7=1+2+3+4+6</b>	<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018</b>	3 250 000	542 632	(0)	1 700 215	5 492 847
<b>7</b>	<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019</b>	3 250 000	542 632	(0)	1 700 215	5 492 846
	<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>					
	Constituição da Reserva Legal	-	85 011	-	(85 011)	-
	Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	1 615 204	(1 615 204)	-
<b>8</b>		-	85 011	1 615 204	(1 700 215)	-
<b>9</b>	<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	-	-	-	-	-
<b>10</b>	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>				1 921 453	1 921 453
<b>11=9+10</b>	<b>RESULTADO INTEGRAL</b>				1 921 453	1 921 453
	Distribuições	-	-	(1 615 204)	-	(1 615 204)
<b>13=7+8+9+10+12</b>	<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019</b>	3 250 000	627 642	(0)	1 921 453	5 799 095

Conselho de Administração

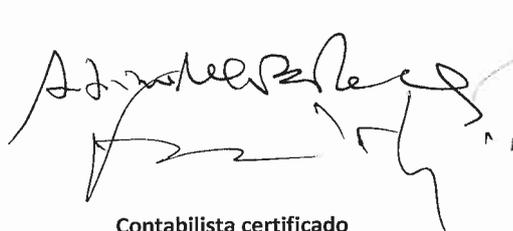


Contabilista certificado



	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxo de caixa das Atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de Clientes	6 730 356	6 571 212
Pagamentos a Fornecedores	(2 747 081)	(2 391 447)
Pagamentos ao Pessoal	(427 924)	(236 164)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>3 555 351</b>	<b>3 943 601</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(524 236)	(418 526)
Outros recebimentos / pagamentos	67 195	(108 562)
<b>Fluxo de caixa das Atividades operacionais (1)</b>	<b>3 098 310</b>	<b>3 416 513</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos Fixos Tangíveis	(14 181)	(13 855)
Investimentos Financeiros	-	(2 050 000)
	<b>(14 181)</b>	<b>(2 063 855)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros	2 050 000	5 000
Juros e rendimentos similares	6 864	9 410
	<b>2 056 864</b>	<b>14 410</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de investimento (2)</b>	<b>2 042 684</b>	<b>(2 049 445)</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(1 500 000)	(1 500 000)
Juros e gastos similares	(260 074)	(305 313)
Dividendos	(1 615 204)	(1 338 414)
	<b>(3 375 278)</b>	<b>(3 143 727)</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de financiamento (3)</b>	<b>(3 375 278)</b>	<b>(3 143 727)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>1 765 715</b>	<b>(1 776 659)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 063 570	5 840 230
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5 829 285	4 063 570

Conselho de Administração



Contabilista certificado



## ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros

exceto quando expressamente indicado de outra forma)

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Águas do Vouga, Exploração e Gestão do Sistema Regional do Carvoeiro, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 16 de abril de 1996 e tem como objeto social a exploração, em regime de concessão, do sistema de captação, tratamento, elevação e armazenamento principal de água do Sistema Regional do Carvoeiro pertença da Associação de Municípios do Carvoeiro, composta pelos municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa e Válega (Ovar).

A empresa tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 1, Feira Nova, Albergaria-a-Velha, Portugal.

A Águas do Vouga é detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

### ATIVIDADE CONCESSIONADA

Em 30 de maio de 1996 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Associação Município do Carvoeiro e a Águas do Vouga, S.A., pelo prazo de 20 anos e mediante uma renda total de 9.975.958 Euros.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 30 de julho de 1996. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas do Vouga.

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa.

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor anual de 249.399 euros, sendo que no ato da assinatura do contrato a concessionária pagou à concedente 50% da totalidade das rendas devidas até ao final do prazo contratual. A renda devida pela concessionária poderá ser revista se se verificar uma alteração superior a 24%, para mais ou para menos dos caudais mensais médios, em relação aos valores previstos.

Em 20 de junho de 2012 foi celebrada a adenda ao Contrato de Concessão inicial, em que se estabelece o aumento em 10 anos do prazo de vigência do contrato até outubro de 2026. Mediante esta alteração foram substituídas as rendas vincendas de 2013 a 2016 (contrato anterior) por uma renda total de 16.825.000 Euros. Contudo, é de referir que o impacto contabilístico decorrente desta adenda, apenas produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

No ano de 2016 foi assinado com a concedente uma minuta do 2º aditamento, que tem como impactos mais significativos a adaptação do tarifário e retribuição a pagar à concedente.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2019 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-

financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

### (A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2019	2018
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção

de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são depreciados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

## IMPARIDADE

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.



As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

## (B) ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os Intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

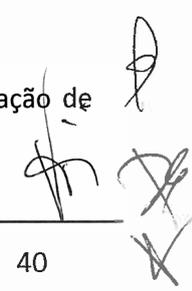
As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão e Outros em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2019	2018
Direitos de Concessão	12,49%	11,09%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	12,49%	11,09%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.



Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

### **(B.1) DIREITOS DE CONCESSÃO RELACIONADOS COM A ATIVIDADE CONCESSIONADA**

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

### **(C) ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDO E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO**

#### **(C.1) ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.
- 

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

### **A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:**

É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e

Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

### **(C.2) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

### **(D) INVENTÁRIOS**

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

## (E) ATIVOS FINANCEIROS

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um Ativo Financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de Ativos Financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os Ativos Financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

### (E.1) CLIENTES

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).



## (E.2) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;
- Empréstimos a acionistas

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

## (E.3) CAIXA E BANCOS

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

## (F) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

## (G) DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.



## (H) RUBRICAS DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

### (H.1) CAPITAL REALIZADO

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

### (H.2) RESERVAS LEGAIS

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

### (H.3) RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

## (I) PROVISÕES

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

### (I.1) PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS DE SUBSTITUIÇÃO

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.



## (J) PASSIVOS FINANCEIROS

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

### (J.1) FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

### (J.2) FORNECEDORES

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

### (J.3) OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As outras contas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores; e

e encontram-se valorizadas ao custo.

## (L) EFEITO DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

## (M) VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da

retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

### (M.1) VENDAS

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

### (M.2) PRESTAÇÕES DE SERVIÇO

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.
- O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

### (N) GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.



Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

### (N.1) FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

### (N.2) BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

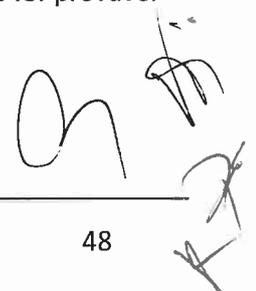
Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

### (O) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.





Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
  - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

## (P) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## 3.2 JUÍZOS DE VALOR

### (A) VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

### (B) IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

### 3.3 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### (A) IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

#### (B) IMPARIDADE DAS CONTAS A RECEBER

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.



### (C) PROVISÕES

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos

pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4. FLUXOS DE CAIXA

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2019	2018
Caixa	300	500
Depósitos à Ordem	1 947 985	182 070
Outros Depósitos Bancários	3 881 000	3 881 000
	<u>5 829 285</u>	<u>4 063 570</u>

### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

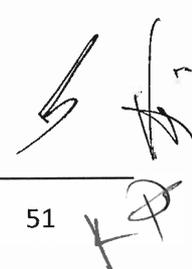
No corrente exercício não foram efetuadas quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas, assim como não foram igualmente detetados quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

### 6. PARTES RELACIONADAS:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prestação de Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Vouga, S.A. correspondente a 100% do capital.



A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Vouga presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Vouga recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	Juros de empréstimos contratos mútuos.	Assistência técnica, aluguer de equipamento, honorários de administrativos.
Luságua Ambientais	Serviços Refaturação de custos vários (portagens, combustível)	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
Aquapor Serviços	2019	-	335 494	-	78 983	-
	2018	1 239	346 363	774	66 688	2 050 000
Luságua Serviços Ambientais	2019	4 116	83 613	731	17 624	
	2018	9 097	88 836	963	28 959	

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2019	2018
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	118 478	104 969
Total de remunerações	<b>118 478</b>	<b>104 969</b>

## 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>				
<b>1 de janeiro de 2018</b>	<b>24 044 454</b>	<b>63 410</b>	<b>383 323</b>	<b>24 491 187</b>
Aumentos	-	-	-	-
Abates	(996 000)	-	-	(996 000)
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>23 048 454</b>	<b>63 410</b>	<b>383 323</b>	<b>23 495 186</b>
Aquisições	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>23 048 454</b>	<b>63 410</b>	<b>383 323</b>	<b>23 495 187</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>				
<b>1 de janeiro de 2018</b>	<b>13 193 400</b>	<b>50 196</b>	<b>372 965</b>	<b>13 616 560</b>
Amortizações	1 068 653	7 928	25 789	1 102 370
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>14 262 053</b>	<b>58 124</b>	<b>398 754</b>	<b>14 718 931</b>

Amortizações	1 073 513	5 285	22 766	1 101 564
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>15 335 566</b>	<b>63 410</b>	<b>421 520</b>	<b>15 820 495</b>

**Valor líquido contabilístico:**

<b>A 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>7 712 888</b>	-	<b>-38 197</b>	<b>7 674 691</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>8 786 401</b>	-	<b>-15 431</b>	<b>8 776 255</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2018</b>	<b>10 851 054</b>	-	<b>10 358</b>	<b>10 874 626</b>

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Carveiro. O abate registado no ano de 2018 e que ascende a 996 m€ resulta do acordo assinado com a concedente que prevê (entre outras alterações) a diminuição do valor da retribuição a pagar; assim o intangível foi ajustado por contrapartida da rubrica de contas a pagar.

## 8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

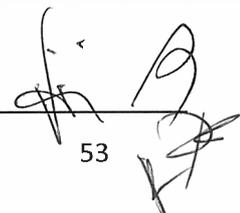
A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>						
<b>1 de janeiro de 2018</b>	<b>3 878</b>	<b>105 030</b>	<b>10 499</b>	<b>97 853</b>	<b>74 789</b>	<b>292 049</b>
Aumentos	-	16 082	-	5 608	911	22 601
Alienações	-	-	-	(630)	-	(630)
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>3 878</b>	<b>121 112</b>	<b>10 499</b>	<b>102 831</b>	<b>75 700</b>	<b>314 020</b>
		53				
Aumentos	-	666	-	-	-	53 666
Alienações	-	-	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>3 878</b>	<b>174 778</b>	<b>10 499</b>	<b>102 831</b>	<b>75 700</b>	<b>367 686</b>

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
<b>Amortizações e Imparidade:</b>						
<b>1 de janeiro de 2018</b>	<b>3 266</b>	<b>84 122</b>	<b>8</b>	<b>91</b>	<b>72 523</b>	<b>259 252</b>
Amortizações	195	3 256	531	4 105	675	8 761
Alienações	-	-	-	(87)	-	(87)
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>3 461</b>	<b>87 378</b>	<b>8 605</b>	<b>95 284</b>	<b>73 198</b>	<b>267 926</b>
		7		3		
Amortizações	85	930	531	248	716	12 510
Alienações	-	-	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>3 546</b>	<b>95 308</b>	<b>9 136</b>	<b>98 532</b>	<b>73 914</b>	<b>280 436</b>

**Valor líquido contabilístico:**

<b>A 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>332</b>	<b>79 470</b>	<b>1 363</b>	<b>4 299</b>	<b>1 786</b>	<b>87 250</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>417</b>	<b>33 734</b>	<b>1 894</b>	<b>7 547</b>	<b>2 502</b>	<b>46 094</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2018</b>	<b>612</b>	<b>20 908</b>	<b>2 425</b>	<b>6 586</b>	<b>2 266</b>	<b>32 797</b>



Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2019	2018
Contratos de aluguer de viaturas	9 389	27 023
	<b>9 389</b>	<b>27 023</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2019	2018
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	4 728	16 364
Mais de um ano	4 661	10 659
Total dos Pagamentos	<b>9 389</b>	<b>27 023</b>

## 9. INVENTÁRIOS

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2019	2018
Matérias primas, Subs. e de Consumo	101 662	88 361
	<b>101 662</b>	<b>88 361</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

### Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2018	83 843	83 843
Compras	21 116	21 116
Existências em 31 de Dezembro de 2018	(88 361)	(88 361)
	<b>16 597</b>	<b>16 597</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2019	88 361	88 361
Compras	28 215	28 215
Existências em 31 de Dezembro de 2019	(101 662)	(101 662)
	<b>14 914</b>	<b>14 914</b>

## 10. RÉDITO

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2019	2018
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios - Água	6 734 739	6 344 957
Devoluções de Vendas	-	-
	<b>6 734 739</b>	<b>6 344 957</b>
Prestações de Serviços		
Serviços - Outros	5 791	16 211
	<b>5 791</b>	<b>16 211</b>
	<b>6 740 530</b>	<b>6 361 168</b>

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

## 11. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2018	82 138	82 138
Reversões do ano	(6 633)	(6 633)
Ajustamento	(1 237)	(1 237)
A 31 de Dezembro de 2018	<b>74 268</b>	<b>74 268</b>
A 1 de Janeiro de 2019	74 268	74 268
Reversões do ano	118 971	118 971
Aumentos do ano	125 922	125 922
Ajustamento	(127 873)	(127 873)
A 31 de Dezembro de 2019	<b>191 289</b>	<b>191 289</b>

## 12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Gasto por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2019	2018
Imposto Corrente		
IRC do ano	585 762	522 709
	<b>585 762</b>	<b>522 709</b>
Imposto Diferido		
Outros movimentos	(28 332)	-
	<b>(28 332)</b>	<b>-</b>
	<b>557 430</b>	<b>522 709</b>

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes de impostos	2 478 882	2 222 924		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	520 565	466 814	21,00%	21,00%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	8 901	7 870		
Restituição de impostos não dedut. e excesso de estim.	1 943	2 773		
Benefícios fiscais	-	-		
	10 845	10 643	(5,59%)	(5,60%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	-	177		
Provisões para além limites legais	7 266	7 254		
Outros	-	28		
	7 266	7 459	(5,56%)	(5,57%)
Lucro tributável	2 475 303	2 219 740		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	519 814	466 145	20,97%	20,97%
Tributação autónoma	6 985	8 335	0,28%	0,37%
Derrama	29 704	26 637	1,20%	1,20%
Derrama Estadual	29 259	21 592	1,18%	0,97%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(28 332)	-	(1,14%)	0,00%
	37 616	56 564	1,52%	2,54%
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>557 429</b>	<b>522 709</b>	<b>22,49%</b>	<b>23,51%</b>

Não existem quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para os períodos de 2018 e 2019.

### 13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2019	2018
Corrente		
Clientes		
Valor Bruto	1 848 810	1 711 272
Imparidade	(562)	(562)
	<b>1 848 249</b>	<b>1 710 710</b>
Acionistas	-	2 050 000
Outros créditos a receber	3 775	3 676
	<b>1 852 023</b>	<b>3 764 387</b>



Instrumentos Financeiros Passivos	2019	2018
<b>Não corrente</b>		
Financiamentos obtidos	6 750 000	7 500 000
Outras contas a pagar	677 209	829 209
	<b>7 427 209</b>	<b>8 329 209</b>
<b>Corrente</b>		
Fornecedores		
Nacionais	286 399	317 114
Outras partes relacionadas	96 607	85 403
	<b>383 006</b>	<b>402 516</b>
Financiamentos obtidos	746 186	1 503 514
Outras dívidas a pagar	560 844	570 684
	<b>1 307 030</b>	<b>2 074 198</b>

Instrumentos de Capital	2019	2018
Capital	3 250 000	3 250 000
	<b>3 250 000</b>	<b>3 250 000</b>

Todos os ativos financeiros estão mensurados pelo custo menos imparidade.

### 13.1 CLIENTES

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

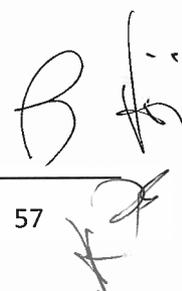
	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			<30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	> 121 Dias
Ano 2019	1 848 810	1 784 143	-	-	-	-	64 667
Ano 2018	1 711 272	1 646 605	-	-	-	-	64 667

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
<b>Exercício de 2019</b>					
Cientes	562	-	-	-	562
	<b>562</b>	-	-	-	<b>562</b>
<b>Exercício de 2018</b>					
Cientes	562	-	-	-	562
	<b>562</b>	-	-	-	<b>562</b>

### 13.2 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:



	2019	2018
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros Depósitos	3 775	3 676
Outros devedores		
Acionistas/Sócios	-	2 050 000
	<b>3 775</b>	<b>2 053 676</b>

O saldo da rubrica de acionistas consiste num contrato de mútuo entre a Aquapor Serviços e a Águas do Vouga.

Em 2019 foi amortizada a totalidade do montante em dívida correspondente ao empréstimo celebrado em 2018 no valor de 2.050.000 Eur. Em 31 de dezembro de 2019 não existe saldo nesta rubrica.

### 13.3 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Outras dívidas a pagar - não correntes		
Outros credores		
Associação de Municípios do Carvoeiro	677 209	829 209
	<b>677 209</b>	<b>829 209</b>
Outras contas a pagar - correntes		
Fornecedores de investimento	-	10 245
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	56 019	54 096
Outros juros a liquidar	8 056	9 667
Juros Encargos Liquidar		
Fornecimentos e serviços por faturar	88 267	98 215
Diversos	169 365	97 731
Outros credores		
Associação de Municípios do Carvoeiro	239 137	300 731
	<b>560 844</b>	<b>570 684</b>

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Carvoeiro' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

### 13.4 CAPITAL SUBSCRITO

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

O capital social emitido é composto por 650.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

	2019	2018
Capital social nominal emitido	3 250 000	3 250 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços S.A.	3 250 000	3 250 000

### 13.5 COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2019:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
98/189/50465	BPI	3.127	Cartões Galp Frota	Petrogal	Combustíveis
881-02-0058664	BCP	2.992.787	Contrato concessão	Associação de Municípios do Carvoeiro	Caução de Contrato de Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento Mútuo com o Banco Popular uma garantia de 250.000 euros em que a entidade garante é a Norgarante.

### 13.6 FINANCIAMENTOS

Os financiamentos não correntes e correntes discriminam-se como se segue:

	2019	2018
Não correntes		
Empréstimos bancários		
Novo Banco	6 750 000	7 500 000
	<b>6 750 000</b>	<b>7 500 000</b>
Correntes		
Empréstimos bancários		
Novo Banco	746 186	1 503 514
	<b>746 186</b>	<b>1 503 514</b>

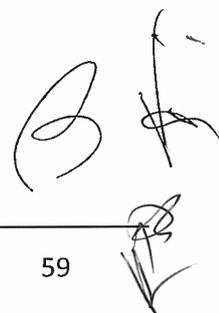
No decorrer de 2014 foi contratualizado com o Novo Banco um empréstimo de financiamento de 12.000.000 euros, subjacente à adenda ao Contrato de Concessão.

### 13.7 RISCOS RELATIVOS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez





A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.
- 

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

### **Risco de taxa de juro**

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa utiliza ainda um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

### **Risco de taxa de câmbio**

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

### **Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.



A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna.

#### 14. GASTOS COM PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2019	2018
Remunerações dos Órgãos Sociais	96 178	85 281
Remunerações do Pessoal	255 494	248 846
Indemnizações	120	-
Encargos sobre Remunerações	77 931	73 305
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4 974	4 716
Gastos de ação social	10 857	7 897
Outros gastos com o Pessoal	2 342	3 040
	<b>447 895</b>	<b>423 086</b>

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2019 foi de 14 (2018: 13 pessoas)

#### 15. OUTRAS INFORMAÇÕES

##### 15.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Saldo a Receber		
Retenções Imposto sobre Rendimento	2 288	3 137
IVA	65 489	89 033
	<b>67 777</b>	<b>92 170</b>
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	585 762	522 709
Retenções Imposto sobre Rendimento	4 479	4 784
Contribuição para a Segurança Social	7 931	8 078
	<b>598 172</b>	<b>535 571</b>



## 15.2 RESERVAS E RESULTADOS

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2018</b>	<b>472 189</b>	<b>- 0</b>	<b>1 408 857</b>	<b>1 881 046</b>
Constituição da Reserva legal	70 443		(70 443)	-
Dividendos		(1 338 414)		(1 338 414)
Remanescente da aplicação de Resultados		1 338 414	(1 338 414)	-
Resultado do ano			1 700 215	1 700 215
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>542 632</b>		<b>1 700 215</b>	<b>2 242 846</b>
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2019</b>	<b>542 632</b>		<b>1 700 215</b>	<b>2 242 846</b>
Constituição da Reserva legal	85 011		(85 011)	-
Dividendos		(1 615 204)		(1 615 204)
Remanescente da aplicação de Resultados		1 615 204	(1 615 204)	-
Resultado do ano			1 921 453	1 921 453
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>627 642</b>		<b>1 921 453</b>	<b>2 549 095</b>

## 15.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Subcontratos	151 715	133 981
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	393 573	384 761
Publicidade e propaganda	1 791	1 361
Vigilância e segurança	2 528	2 047
Honorários	4 661	17 467
Conservação e reparação	94 211	55 056
Outros	500	500
Materiais		
Ferramentas e utensílios	1 198	746
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	606	824
Artigos para oferta	15	55
Energia e Fluidos		
Eletricidade	1 130 458	1 241 143
Combustíveis	54 999	44 699
Outros Fluidos	140 913	144 420
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	8 188	9 029
Transportes de Mercadorias	63	191
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	53 926	44 643
Comunicação	8 217	8 903
Seguros	18 024	16 827
Contencioso e notariado	105	105
Despesas de representação	2 910	12 331
Limpeza, higiene e conforto	4 251	5 912
Outros	10 897	6 055
	<b>2 083 748</b>	<b>2 131 055</b>

## 15.4 OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros Rendimentos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Alienações	-	87
Outros		
Excesso da estimativa para Impostos	1 943	2 773
Outros não especificados	4 570	3 103
	<b>6 513</b>	<b>5 964</b>

## 15.5 OUTROS GASTOS

A rubrica Outros Gastos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Impostos	91 244	112 833
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Outros Não Especificados	801	66 268
	<b>92 045</b>	<b>179 101</b>

## 15.6 GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÃO

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	12 510	8 761
Ativos Intangíveis	1 101 564	1 102 370
	<b>(1 114 074)</b>	<b>(1 111 132)</b>

## 15.7 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	9 251	14 743
De Financiamentos concedidos a Associadas e Empre. Conjuntos	-	1 090
Outros Rendimentos Similares	9 279	117 960
	<b>18 530</b>	<b>133 793</b>

## 15.8 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2019	2018
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	248 522	291 036



Mora e Compensatórios

-

69

Outros Gastos e Perdas de Financiamento

Serviços Bancários	49 361	58 526
Comissões Garantias	22 521	45 339
Renda de concedente	88 640	22 589
Ajustamento temporal da provisão	6 000	6 103
	<b>415 044</b>	<b>423 662</b>

## 15.9 DIFERIMENTOS

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Encargos Bancários	63 530	76 970
	<b>63 530</b>	<b>76 970</b>

## 16. ASPETOS AMBIENTAIS

Em 2019 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2019 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

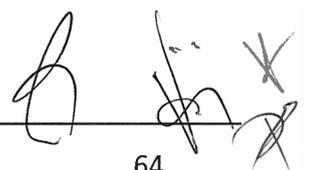
## 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão, a 25 de março de 2020, pelo Conselho de Administração.

Nas últimas semanas tem vindo a ser reportado, a nível nacional um crescente número de casos de infeção da população com o vírus Covid-19, tendo o governo e restantes agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na atividade económica das empresas. Apesar de ainda não se terem verificado impactos materiais na sua atividade, o Conselho de Administração da Águas do Vouga está a monitorizar a evolução da pandemia do Covid-19 e está a acompanhar a posição das autoridades relevantes. Nesta fase, não é possível quantificar a magnitude dos impactos se o nível de risco piorar, no entanto, estamos a implementar todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar o impacto do vírus Covid-19 na Empresa.

## 18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

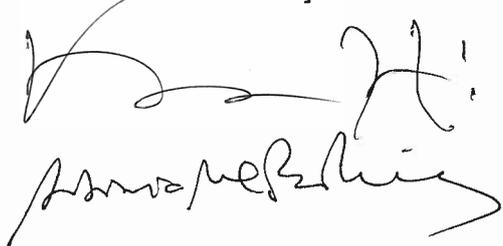
Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do



Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2016, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2019, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2020, nos prazos legais.

**Conselho de Administração**



**Contabilista Certificado**



